



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

APOSTILA Nº 02 AO CONTRATO Nº 04/2019.

APOSTILA Nº 02 AO CONTRATO Nº 04/2019 (evento [0450354](#)), celebrado entre a união, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, CNPJ 04.565.735/0001-13, e a **SOCIEDADE COMERCIAL OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, CNPJ 76.535.764/0001-43, cujo objeto é a prestação de serviços de telefonia fixa comutada (STFC) digital, nas modalidades local e longa distância, conforme especificações, termos e condições contidas no Contrato respectivo.

PROCESSO SEI [0002398-28.2018.6.22.8000](#) (PREGÃO ELETRÔNICO 012/2019)

A Ilustríssima Senhora Diretora Geral da Secretaria do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, LIA MARIA ARAÚJO LOPES, no uso de suas atribuições e consoante Despacho 1562/2021-PRES/GABDG, de 10/11/2021 (evento [0759871](#)), RESOLVE expedir a presente apostila, com fundamento no artigo 65, §8º, da Lei n. 8.666/93, no art. 55, III, da Lei n. 8.666/93 e na Cláusula Sétima do Contrato supramencionado, para:

I - Registrar o reajuste ao valor do Contrato 04/2019 no percentual de 19,25% (dezenove inteiros e vinte e cinco centésimos por cento), decorrente da variação do Índice de Serviços de Telecomunicações – IST - Acumulado, aferido no período de agosto de 2020 a agosto de 2021, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 14 de agosto de 2021, conforme detalhamento abaixo:

Tabela 1: IST utilizado para cálculo do reajuste

Mês de Referência	Valor do IST	Variação percentual	Efeito financeiro
08/2019	228,567	---	---
08/2020	239,356	4,72%	14/08/2020
08/2021	285,442	19,25%	14/08/2021

Fonte: <http://www.anatel.gov.br/setorregulado/tarifas-e-precos/valores-do-indice-de-servicos-de-telecomunicacoes-ist> e Solicitação n. 18/SEGOVTIC

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(evento [0738117](#) do Processo SEI supramencionado).

Comparativo entre os valores vigentes desta contratação e os valores com este reajuste de 19,25%, a contar de 14/08/2021 a 13/08/2022.

TABELA 2: LOTE 1 – SERVIÇOS DISCAGEM DIREITA A RAMAL (DDR)

Item	Subitem	Descrição	Qtd e.	Fator multiplicador	Valor Unitário (Apostila 01, 0608 457)	Valor Unitário com Reajuste em R\$	Valor Total em R\$ (Apostila 01, 0608 457)	Valor Total com Reajuste em R\$
1.1 - Serviços DDR	1.1.1	Instalação de entroncamentos digitais (pacote com 4 E1) – habilitação/instalação	4	1	0	0,0000	0,00	0,00
1.1 - Serviços DDR	1.1.2	Assinatura de entroncamentos digitais (pacote com 4 E1) – assinatura	4	30	1092,0830	1302,3089	131.049,96	156.277,07
1.1 - Serviços DDR	1.1.3	Assinatura DDR (pacote com 400 ramais) – assinatura	1	30	0	0,0000	0,0000	0,0000
1.1 - Serviços DDR	1.1.4	Tráfego local fixo-fixo – minuto	150000	1	0,0314	0,0374	4.712,40	5.619,54
1.1 - Serviços	1.1.5	Tráfego local fixo-móvel –	99000	1	0,1361	0,1622	13.477,46	16.071,87



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ços DDR		minuto						
1.1 - Servi ços DDR	1.1.6	Serviços adicionais - preço fixo*	1	1	5000,000 0	5000,0 000	5.000,00	5.000,0 0
Total							154.239, 82	182.96 8,48

* Este item não sofre a incidência de reajuste

TABELA 3: LOTE 03 – SERVIÇOS TELEFONIA DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL

Ite m	Subit em	Descrição	Qtd e.	Fator multiplica dor	Valor Unitário (Apostil a 01 06084 57)	Valor Unitá rio com Reaju ste em R\$	Valor Total em R\$ (Apostil a 01 06084 57)	Valor Total com Reajus te em R\$
3.1 - LD N	3.1.1	LDN Fixo-Fixo – (Rondônia)	175 00	1	0,4189	0,4995	7.330,40	8.741,5 02
3.1 - LD N	3.1.2	LDN Fixo-Fixo – INTRAREGIO NAL (exceto RO) – minutos	175 00	1	0,4189	0,4995	7.330,40	8.741,5 02
3.1 - LD N	3.1.3	LDN Fixo-Fixo – INTER- REGIONAL – minutos	175 00	1	0,4189	0,4995	7.330,40	8.741,5 02
3.1 - LD N	3.1.4	LDN Fixo- Móvel (VC2) RONDÔNIA – minutos	800	1	1,1729	1,3986	938,29	1.118,9 10



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.1 - LDN	3.1.5	LDN Fixo-Móvel (VC2) – INTRAREGIONAL (exceto RO) – minutos	800	1	1,1938	1,4236	955,05	1.138,897
3.1 - LDN	3.1.6	LDN Fixo-Móvel (VC2) – INTER-REGIONAL – minutos	800	1	1,1938	1,4236	955,05	1.138,897
3.1 - LDN	3.1.7	LDN Fixo-Móvel (VC3) – INTRAREGIONAL – minutos	2000	1	1,1938	1,4236	2.387,62	2.847,236
3.1 - LDN	3.1.8	LDN Fixo-Móvel (VC3) – INTER-REGIONAL – minutos	2000	1	1,1938	1,4236	2.387,62	2.847,236
Total							29.614,82	35.315,68

TABELA 4: LOTE 04 – SERVIÇOS DISCAGEM DIRETA GRATUITA (DDG)

Item	Subitem	Descrição	Qtd e.	Fator multiplicador	Valor Unitário (Apostila 01 06084 57)	Valor Unitário com Reajuste em R\$	Valor Total em R\$ (Apostila 01 06084 57)	Valor Total com Reajuste em R\$
4.1 - Serviço 0800	4.1.1	Assinatura	1	30	88,3837	105,3975	2.651,51	3.161,92
4.1 - Serviço	4.1.2	Tráfego Fixo LOCAL –	4000	1	0,0314	0,0374	125,66	149,84



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ço 0800		minutos						
4.1 - Servi ço 0800	4.1.3	Tráfego Fixo INTRAESTA DUAL – minutos	100 0	1	0,0628	0,0748	62,83	74,92
4.1 - Servi ço 0800	4.1.4	Tráfego Fixo INTERESTAD UAL – minutos	100 0	1	0,0628	0,0748	62,83	74,92
4.1 - Servi ço 0800	4.1.5	Tráfego Móvel LOCAL – minutos	150 00	1	0,3351	0,3996	5.026,56	5.994, 17
4.1 - Servi ço 0800	4.1.6	Tráfego Móvel INTRAESTA DUAL – minutos	150 00	1	0,3351	0,3996	5.026,56	5.994, 17
4.1 - Servi ço 0800	4.1.7	Tráfego Móvel INTERESTAD UAL – minutos	400	1	0,3351	0,3996	134,04	159,84
Total							13.090,0 0	15.609 ,82

II – O valor desta Apostila, correspondente ao **impacto financeiro total estimado deste reajuste, é de R\$ 36.949,34** (trinta e seis mil novecentos e quarenta e nove reais e trinta e quatro centavos) e incide nos exercícios 2021 a 2022.

III - O presente reajuste deve ser aplicado a partir de **14/08/2021**, correndo a despesa à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, conforme Nota de Empenho 2021NE000149 (Reforço), de 05/10/2021 (evento [0748822](#)), a ser reforçada, caso necessário.

IV - Com o presente reajuste, o valor total atualizado do contrato (para eventual cômputo de acréscimos e supressões - Art. 65, § 1º da Lei n.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.666/93) passa a ser de R\$ 233.893,98 (duzentos e trinta e três mil oitocentos e noventa e três reais e noventa e oito centavos), conforme detalhamento no Anexo I deste instrumento:

V - Para assegurar a plena execução deste ajuste, **a Contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura deste instrumento, complementação da GARANTIA no valor de R\$ 1.847,47** (mil oitocentos e quarenta e sete reais e quarenta e sete centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente reajuste, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, e nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93 e Cláusula Sexta do Contrato originário.

VI - Ficam mantidas todas as demais cláusulas do Contrato TRE-RO n. 04/2020 que não tenham sido alteradas por Apostilas e/ou por Termos Aditivos.

VII - A presente Apostila passa a fazer parte integrante do Contrato supra, como se nele estivesse transcrita.

VIII - O Contratante providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia - DJE.

Porto Velho/RO, 11 de novembro de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES

Diretora-Geral do TRE-RO

ANEXO I DA APOSTILA N. 02 AO CONTRATO N. 04/2019

Histórico do Contrato: informações sobre o Contrato inicial e de cada Aditivo/Apostila:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão realizado em cada aditivo em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Contrato n. 04/2019, assinado em 29/08/2019 – Volume VII do PA (evento n. 0450354) Vigência de 30 meses, a contar da assinatura, ou seja, de 03/09/2019 a 03/03/2022 Valor do contrato: R\$ 188.293,20 Garantia: R\$ 9.414,66	R\$ 188.293,20	-
Apostila n. 1, assinada em 20/10/2020 – Volume X do PA (evento n. 0608457) Reajuste de 4,72%, a contar de 14/08/2020. Valor da Apostila R\$ 8.651,44 Garantia: R\$ 432,57	R\$ 8.651,44	-
Apostila n. 2, assinada em ___/11/2021 – Volume XIV do PA (evento n. 0760562) Reajuste de 19,25%, a contar de 14/08/2021. Garantia: R\$ 1.847,47	R\$ 36.949,34	-

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA EVENTUAL CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 233.893,98
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS JÁ REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	0,00%



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 11/11/2021, às 17:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0760562** e o código CRC **D7E6A97A**.

0002398-28.2018.6.22.8000

PROCESSO: 0002398-28.2018.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação

ASSUNTO: **Contratação de pessoa jurídica para prover acesso à internet na sede do TRE/RO – Possibilidade de reajuste e minuta de apostila – Análise.**

PARECER JURÍDICO Nº 193 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I - DO RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Governança e Controle - SEGOV com o objetivo de abrigar



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a contratação efetivada com a empresa em recuperação judicial **OI S.A.**, CNPJ nº 76.535.764/0001-43, especializada na prestação de **Serviço de Telefonia Fixa Comutada** (STFC), não residenciais, a fim de atender as necessidades deste TRE/RO, mediante **Contrato nº 4/2019** firmado entre as partes ([0450354](#)).

2. Na Solicitação

nº 18/2021

-

PRES/DG/STIC/CSCOR/SEGOVTIC ([0738117](#)), o gestor da contratação informa ao secretário da SAOFC a necessidade da aplicação do reajuste contratual previsto na Cláusula Nona do Contrato nº 5/2019, considerando a o interregno de 01 ano do último reajuste ao valor do contrato, conforme registro na Apostila nº 1 ([0608788](#)).

3. Prossegue em sua solicitação com a comprovação da variação percentual do índice de reajuste de serviços de telecomunicações (IST) de 19,25% no período, com efeitos financeiros a contar de 14/08/2021 e suas alterações nos valores contratuais com a apresentação das tabelas 2, 3 e 4 na solicitação citada.

4. O Gestor da contratação tendo conferido e atestado o percentual do reajuste, a **regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada** ([0752107](#), [0752108](#) e [0752108](#)). Para o suporte da despesa nesse exercício o fiscal da contratação informa a necessidade de reforço do empenho nº 149/2021 em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para o qual indica como fonte o Plano Interno ADM TELEFO.

5. O Secretário da SAOFC, pelo Despacho 884/2021 ([0746797](#)), considerando o constante na solicitação do gestor/fiscal, encaminhou os autos a COFC para o possível reforço do empenho 2020NE000149 no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), posteriormente a SECONT para elaboração da minuta da apostila e a esta AJDG para análise e emissão de parecer jurídico. Por último, determinou o retorno dos autos ao GABSAOFC para fins de manifestação.

6. Após despacho do Coordenador da COFC ([0746797](#)), o Chefe da SEOF informa nos autos ([0748824](#)) que foi realizado o reforço pretendido.

7. Por sua vez, a SECONT juntou aos autos a minuta da Apostila nº 02 ao Contrato nº 5/2019 ([0751065](#)) e na sequencia procedeu a remessa dos autos a esta Assessoria ([0751066](#)). **É o necessário relato.**

II - DA ANÁLISE JURÍDICA DO REAJUSTE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9. O reajuste tem amparo no **art. 55, III, da Lei nº 8.666/1993**, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, tendo estes sido reproduzidos expressamente no ajuste administrativo:

CLÁUSULA SÉTIMA - Os preços dos serviços contratados serão corrigidos anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do IST (Índice de Serviços de Telecomunicações).

Subcláusula Primeira – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Subcláusula Segunda – Compete à CONTRATADA a iniciativa, o encargo do cálculo e a apresentação do PLANO BÁSICO OU ALTERNATIVO DE SERVIÇOS e demais tabelas, no que couber, aprovados pela ANATEL.

Subcláusula Terceira - Na eventualidade de a ANATEL determinar a redução no valor de tarifas dos serviços objeto deste contrato, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, comunicar o fato imediatamente ao CONTRATANTE e repassar a redução correspondente nas próximas faturas.

Subcláusula Quarta - Quaisquer reajustes, elevações, realinhamento de preços que possam majorar os valores de quaisquer serviços objeto deste contrato deverão ser comunicados e requeridos por escrito e previamente à emissão das contas telefônicas, para análise e deliberação do CONTRATANTE, podendo, caso aprovado, ser objeto de aditivo ou apostila ao contrato. A CONTRATADA não estará excluída dessa obrigação se a majoração for autorizada pelo poder concedente através de publicação em órgão da imprensa oficial.

10. O Manual de Licitações e Contratos do TCU – 4ª Edição, às fls. 704, orienta:

Para concessão de reajuste, o marco inicial conta-se da data da apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta referir-se, conforme previsto no edital e no contrato, **ou ainda do último reajustamento**. (Grifo nosso)

11. A unidade gestora da contratação (SEGOVTIC) solicitou a aplicação do reajuste de preços no percentual de **19,25%** (cinco inteiros e noventa e nove centésimos por cento) decorrente da variação do índice de serviços de telecomunicação (IST), consoante preconiza a regra contratual mencionada, a fim de repor perdas inflacionárias do período entre agosto de 2020 e agosto de 2021 ([0738117](#)).

12. Assim, subsiste o **poder-dever** de a Administração manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, haja vista que o reajustamento previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade da Administração. Nesse sentido:

DECISÃO TCU N. 425/2002 – PLENÁRIO:

13.2 É requerida pela empresa a modificação da expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", (item 27 do edital, folha 86) constando também a fórmula de reajuste correspondente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(...)

13.4 Entendemos procedente a solicitação, visto que a Lei n.º 8.666/93, em seu artigo 55, determina, não faculta, o reajustamento dos preços contratuais, sua periodicidade e o estabelecimento da fórmula utilizada para tal correção. Ou seja, a Administração tem a obrigação e não a faculdade de adotar os procedimentos mencionados. Desse modo, deve ser determinada a correção do edital."

(...)

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

(...)

8.2. determinar ao DNER que, no contrato decorrente da Tomada de Preços n.º 034/2001, introduza, por meio de termo aditivo, as seguintes alterações, de modo a adequá-lo à legislação em vigor:

(...)

b) na cláusula referente a reajuste, substituir a expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", em atendimento ao artigo 55, III, da Lei n.º 8.666/93;

13. O TCU e a AGU, claramente responsabilizam a administração pela aplicação automática do reajuste em sentido estrito nos contratos administrativos, vejamos texto do Parecer n.º 02/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU:

(...)

39. A automaticidade do reajuste significa, em outras palavras, que a sua concessão não demanda a prévia comprovação, pelo contratado, da alteração de cada um dos custos envolvidos na execução do contrato; **ao revés, a ocorrência da variação de custos é presumida, e a sua correção se dá por meio da mera aplicação periódica aos preços contratados dos índices oficiais previamente estabelecidos em edital e contrato, consoante uma fórmula matemática prevista nesses instrumentos. Para tanto, há que se aferir, apenas, a variação acumulada do índice previsto nos 12 (doze) meses anteriores à data-base do reajuste.**

(...)

41. **O TCU, inclusive, já admitiu o caráter automático do reajuste em sentido estrito, aduzindo que "A diferença entre repactuação e reajuste é que este é automático e deve ser realizado periodicamente, mediante a simples aplicação de um índice de preço, que deve, dentro do possível, refletir os custos setoriais. Naquela, embora haja periodicidade anual, não há automatismo, pois é necessária a demonstração da variação dos custos do serviço" (Acórdão n.º 1374/2006- TCU - PLENÁRIO).**

42. Nessa esteira, considera-se que, uma vez estabelecido em edital e pactuado entre as partes no âmbito do contrato administrativo, **o reajuste deve ser automática e periodicamente realizado pela própria Administração contratante, e de ofício, não sendo exigível prévio requerimento ou solicitação por parte do contratado.**

43. Trata-se, em realidade, do simples e regular cumprimento, pela Administração, da cláusula contratual que estabelece o reajuste por índices dos preços inicialmente contratados e em última análise, do próprio edital e da legislação de regência.

(...)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - DA CONCLUSÃO

14. Dessa forma, esta Assessoria julga devida à aplicação do reajuste contratual no patamar de **19,25%** (dezenove inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) referente ao período de setembro de 2019 a setembro de 2020.

16. Ressalta-se, ainda, que a **situação de regularidade** da empresa **OI S.A** foi juntada aos autos nos eventos 0752107, 0752108 e 0752111.

17. Em análise formal aos termos da minuta de Apostila nº 02 ao Contrato nº 5/2019 ([0751065](#)), percebe-se que o referido instrumento, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara**, estando apto, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração, motivo pelo qual está Assessoria Jurídica manifesta sua **APROVAÇÃO**, para cumprimento do parágrafo único do artigo 38, da Lei nº 8.666/93.

18. Importa destacar que será necessária a notificação da contratada para apresentar nova garantia contratual, com base nos valores atualizados do contrato, conforme delineado no item V da minuta de Apostila contratual.

19. Calha anotar, por fim, que esta unidade jurídica analisou apenas os **aspectos jurídicos do ato em discussão**, tendo excluído aqueles de índole material associados ao objeto, cálculos e índices, em razão da sabida falta de atribuição legal para tanto.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 27/10/2021, às 16:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 27/10/2021, às 16:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0755055** e o código CRC **62EBBB0F**.

0002398-28.2018.6.22.8000

PROCESSO: 0002398-28.2018.6.22.8000

INTERESSADO: SEGOV

ASSUNTO: Contrato n. 4/2019 – Contratada OI S.A. – Reajuste contratual

DESPACHO Nº 1562 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Governança e Controle - SEGOV com o objetivo de **contratação de Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC)** analógica e digital, nas modalidades local e longa distância, a fim de atender as necessidades deste TRE/RO ([0330252](#)).

Depois de realizado o Pregão Eletrônico n. 12/2019 ([0440410](#)), este Tribunal firmou o Contrato 4/2019 ([0450354](#)) com a empresa **OI S.A.**, CNPJ n. 76.535.764/0001-43, pelo prazo de 30 (trinta) meses, a contar de 03/9/2019. Portanto, em plena vigência.

O Chefe da Seção de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - SEGOVTIC, gestor do contrato, considerando a previsão de reajuste anual constante da Cláusula Sétima do referido contrato, por meio da Solicitação 18/2021 ([0738117](#)), requereu ao Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade a formalização do reajuste.

Na aludida solicitação, consta também tabelas com base nos valores do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), dessa forma o reajuste será de **19,25%** (dezenove inteiros e vinte e cinco centésimos por cento), e informou ainda do seu impacto no valor do Contrato, relatando que será necessário o reforço do empenho n. 2021NE000149 (0748822) em R\$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.000,00 (cinco mil reais), para viabilizar o reajuste pleiteado, e indica como fonte o Plano Interno ADM TELEFO.

Na sequência, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade encaminhou o feito, concomitantemente, à COFC para o possível reforço do empenho 2021NE000149 (0748822) no valor de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais), à SECONT, com vistas à elaboração da minuta de apostila e à AJDG para emissão de parecer jurídico ([0746622](#)).

Em atendimento ao Despacho n. 1757/2021 ([0746622](#)) a COFC relata que se trata de despesa prevista no planejamento orçamentário do exercício e com dotação suficientemente disponível para sua realização neste exercício, encaminhando os autos à SPOF para disponibilização de crédito orçamentário e demais registros e à SEOF para emissão de nota de empenho ([0746797](#)).

Após despacho do Coordenador da COFC ([0746797](#)), o Chefe da SEOF informou nos autos ([0748824](#)) que foi realizado o reforço pretendido.

A SECONT elaborou minuta de apostila para registro do reajuste ([0751065](#)) e remeteu à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0635078](#)).

Para atestar a regularidade da empresa foram anexados aos autos certidões trabalhista, de regularidade fiscal e previdenciária da contratada (eventos [0737907](#), [0738114](#) e [0738116](#)).

Instada a se manifestar, a AJDG emitiu o Parecer Jurídico nº 193/2021 ([0755055](#)), pelo qual opinou pelo deferimento do reajuste no patamar de **19,25%** (dezenove inteiros e vinte e cinco centésimos por cento), referente ao período de setembro de 2019 a setembro de 2020, e aprovou os termos da minuta de apostila supracitada, conforme artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pelo deferimento do reajuste no percentual de **19,25%** (dezenove inteiros e vinte e cinco centésimos por cento), complementação da garantia e atualização dos valores do Contrato n. 4/2019 ([0755642](#)).

Com efeito, consta da Cláusula Sétima do Contrato n. 04/2019 ([0450354](#)), previsão de reajuste dos preços contratados, utilizando-se a variação do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) acumulado em 12 (doze) meses.

Assim, uma vez que o reajuste refere-se ao período de 12 (doze) meses, agosto/2020 a agosto/2021, e há previsão contratual e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

orçamentária para tanto, com amparo nos documentos constantes dos autos, bem assim nas atribuições de competências delegadas pelo art. 1º, inciso II, da Portaria 66/2018/GP:

1 - Autorizo o reajuste do Contrato nº 04/2019, no percentual de **19,25%** (dezenove inteiros e vinte e cinco centésimos por cento), com base no índice de serviços de telecomunicações (IST) da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a fim de repor as perdas inflacionárias ocorridas no período de agosto de 2020 a agosto de 2021, com efeitos financeiros a partir de 14 de agosto de 2021, tendo um impacto financeiro de **R\$ 36.949,34** (trinta e seis mil novecentos e quarenta e nove reais e trinta e quatro centavos), com fulcro no inc. III do art. 55 da Lei nº 8.666/1993 e ainda Cláusula Sétima do Contrato Originário; devidamente **registrado em apostila**, nos termos do artigo 65, § 8º da Lei nº 8.666/93, devidamente aprovada pela AJDG; e

2 - Determino a notificação da Contratada para complementação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a assinatura da referida Apostila, no valor de **R\$ 1.847,47** (mil oitocentos e quarenta e sete reais e quarenta e sete centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do reajuste, em uma das modalidades previstas no § 1º do art. 56 da Lei n. 8.666/93, e ainda nos termos do § 2º do art. 56 da Lei n. 8.666/93 e Cláusula Sexta do Contrato originário.

À SAOFC para continuidade do procedimento.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 10/11/2021, às 16:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0759871** e o código CRC **18BC8173**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0002398-28.2018.6.22.8000